

O que os Estados Unidos querem conosco?

Pedro Garcia

Ainda que prática seja associada à guerra ao terrorismo, interesse no Brasil tende a ser político e econômico



Foi com o efeito de uma bomba que veio à tona, em julho, a revelação de que o Brasil é alvo de operações de espionagem dos Estados Unidos. Os dados vazados pelo ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA), Edward Snowden, e reportados pela imprensa do Sudeste, causaram comoção popular e constrangeram o governo federal, que em nome da soberania nacional anunciou esta semana o cancelamento da visita da presidente Dilma Rousseff à Washington em outubro. Mas para uma população que jamais se imaginou como parte de um esquema desse porte, conhecido somente através de filmes de ficção, a dúvida latente é uma só: o que os norte-americanos buscam entre nós?

Não é novidade que, após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando foi atestada a fragilidade do seu até então tido como imbatível sistema de segurança, os EUA passaram a investir pesado em inteligência e contrainteligência para blindar-se contra atos de terrorismo. No caso brasileiro, porém, é pouco crível que o pano de fundo seja a chamada Guerra ao Terror.

Analistas ouvidos pela Gazeta do Sul creem que o interesse sobre o país esteja relacionado à sua ascensão no cenário político internacional no decorrer da última década. Como o Brasil é cada vez mais percebido como uma potência regional emergente, naturalmente olha-se com mais atenção às suas parcerias estratégicas, para além das mantidas com os norte-americanos – que, por sua vez, vêm perdendo parte de sua influência no plano global.

“O Brasil é um país importante política e economicamente. A agenda que vem cumprindo com os países do Ibas e do Brics certamente mobilizam os EUA”, explicou a professora de Relações Internacionais da ESPM-RS, Ana Regina Falkembach Simão. Dentre os movimentos externos mais expressivos observados nos últimos anos, está a atuação do Brasil e Índia para reformar o Conselho de Segurança da ONU e o fortalecimento das relações com os vizinhos latino-americanos.

Por outro lado, Ana discorda da leitura segundo a qual os EUA estariam monitorando o crescimento de frentes políticas esquerdistas em função da presença do PT no poder. Segundo ela, esse receio existiu nas vésperas da primeira eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, mas foi superado. “Tanto é que o Barack Obama chamou o Lula de ‘o cara’ em certa ocasião”, falou.

De acordo com Thiago Borne Ferreira, que atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Ufrgs, é possível que os EUA estejam em busca de informações privilegiadas que os beneficiem em negociações comerciais na arena internacional. Nesse sentido, conforme ele, o conhecimento se tornaria um instrumento político. "O complexo militar-informacional-industrial articulado nos EUA é hoje uma ferramenta poderosa de inserção internacional do país. Grande parte da informação que circula através do ciberespaço passa pela infraestrutura física dos Estados Unidos ou está armazenada em servidores de empresas americanas, o que gera uma vantagem sem igual", analisou.

E o Brasil, espiona?

Se por um lado é sabido que o Brasil, assim como muitos outros países, trabalha com inteligência e contrainteligência para coletar e analisar informações sensíveis à segurança nacional (em junho, por exemplo, o governo monitorou a movimentação nas redes sociais para se prevenir às manifestações populares), por outro é considerado pouco provável que, a exemplo dos Estados Unidos, realize espionagem em outros países. "Não sei se há condições tecnológicas para isso. Provavelmente não", disse Ana Simão.

"A única novidade é a midiaticização"

Embora o governo brasileiro tenha se declarado surpreso com a notícia que revelou o esquema, especialistas não veem a espionagem como um fenômeno novo. Pelo contrário, trata-se de uma prática antiga e corriqueira nas relações internacionais e praticamente todos os países do mundo têm um sistema de inteligência a seu dispor. Aliás, considera-se inclusive normal que, em um contexto competitivo, os governos busquem vantagens sobre os demais.

Thiago Ferreira diz ser possível que a existência do programa da NSA fosse conhecida de alguns segmentos do poder público brasileiro. Para Ana Simão, a ampla repercussão se deve unicamente ao fato de o assunto ter recebido atenção dos meios de comunicação, mas isso não elimina a necessidade de um posicionamento diplomático do governo brasileiro. "A única novidade é a midiaticização, mas ainda assim é preciso exigir uma resposta pública convincente dos EUA", disse.

Crise não deve se estender

Conforme Ferreira, apesar de não existir uma entidade supranacional que regule as relações entre os governos, a espionagem pode ser vista como uma violação grave na medida em que atinge a soberania de outro Estado. "É, portanto, uma violação passível de represália no sistema internacional", completou.

Os analistas, entretanto, não acreditam que o mal-estar entre os dois países vá se prolongar. Para Ana Simão, o cancelamento da visita de Dilma à Casa Branca foi uma resposta diplomática correta, mas não há sinais de uma crise permanente. Ela lembra que a relação entre EUA e Brasil, embora sempre tenha sido amistosa, já foi marcada por diversos momentos de distensão, inclusive durante o regime militar.

"Não haverá abalo porque assim como a espionagem não é novidade, episódios de crise também não são", argumentou. Segundo ela, o que mantém o estado de tensão atualmente é a falta de um posicionamento mais contundente por parte dos norte-americanos. Tudo indica que o momento passará quando esse pronunciamento acontecer.

Não há risco à privacidade

Se na esfera política o assunto é tratado como questão diplomática, a angústia do cidadão comum é quanto ao risco que essa espionagem pode eventualmente representar à segurança e privacidade individuais. Em outras palavras, estariam os norte-americanos vasculhando nossos e-mails, ouvindo nossas conversas telefônicas e monitorando o que postamos em redes sociais?

Para os analistas, a resposta é não. Segundo Thiago Ferreira, não há indícios de que o usuário comum das ferramentas de comunicação esteja vulnerável e o mais provável é que os EUA estejam em busca de dados que possam representar algum tipo de vantagem na condução de sua política externa. “Ainda não sabemos qual o alcance que o programa tem e tampouco a sua capacidade de processar a informação coletada. Mas também não devemos supor que toda e qualquer informação importa para o país”, opinou.

Fonte: Gaz [Portal]. Disponível em:

<[http://www.gaz.com.br/noticia/425133-](http://www.gaz.com.br/noticia/425133-o_que_os_estados_unidos_querem_conosco.html)

o_que_os_estados_unidos_querem_conosco.html>. Acesso em: 23 set. 2013.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.